

3

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

- (a) **RO PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, constituída sob propósito específico, com sede na Rua Dias Ferreira n. 190, sala 401 (parte), Leblon, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.329.420/0001-20, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("Emissora"), e

como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures,

- (b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, Bloco 1, Grupo 317, Barra da Tijuca, CEP: 22.775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representado na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"),

(a Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, são doravante denominados, "Partes" e individualmente, "Parte"),

Resolvem celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da RO Participações S.A." ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Termos definidos na presente Escritura de Emissão terão o seguinte significado:

- 1) "Acionistas Garantidores" significa, conjuntamente, Arthur Mario Pinheiro Machado e Francisco Gurgel do Amaral Valente;
- 2) "AGE" tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1) desta Escritura de Emissão;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- h
- 3) "Agente Escriturador" tem o significado que lhe é atribuído no item (3.7.1) desta Escritura de Emissão;
  - 4) "Agente Fiduciário" tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
  - 5) "ANBIMA" significa a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
  - 6) "Assembleia Geral de Debenturistas" tem o significado que lhe é atribuído no item (7.1) desta Escritura de Emissão;
  - 7) "Atualização" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1.1) desta Escritura de Emissão;
  - 8) "Aviso aos Debenturistas" tem o significado que lhe é atribuído no subitem "(vi)" da alínea "a" do item (5.1) desta Escritura de Emissão;
  - 9) "BACEN" significa o Banco Central do Brasil;
  - 10) "Banco Mandatário" tem o significado que lhe é atribuído no item (3.7.1) desta Escritura de Emissão;
  - 11) "Cláusula" significa cada uma das cláusulas desta Escritura de Emissão;
  - 12) "CETIP" significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
  - 13) "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "b" do item (4.14.1) da presente Escritura de Emissão;
  - 14) "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "a" do item (4.14.1) da presente Escritura de Emissão;
  - 15) "Contrato de Distribuição" significa o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com esforços restritos, sob o Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, da RO Participações S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder;
  - 16) "Contratos de Garantia" significa o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em conjunto;



X

u

- 5
- 17) "Coordenador" ou "Coordenador Líder" tem o significado que lhe é atribuído no item (2.2) desta Escritura de Emissão;
  - 18) "CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários;
  - 19) "Data de Comunicação do Vencimento Antecipado" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.11.7) desta Escritura de Emissão;
  - 20) "Data de Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.2.1) desta Escritura de Emissão;
  - 21) "Data de Pagamento" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1.4) desta Escritura de Emissão;
  - 22) "Data de Pagamento de Principal" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.8.1) desta Escritura de Emissão;
  - 23) "Data de Pagamento de Juros" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1.4) desta Escritura de Emissão;
  - 24) "Data de Pagamento de Participação" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.2) desta Escritura de Emissão;
  - 25) "Data de Vencimento" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.7.1) desta Escritura de Emissão;
  - 26) "Data do Resgate Antecipado" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.10.1) desta Escritura de Emissão;
  - 27) "Debêntures" tem o significado que lhe é atribuído no item (3.3.1) desta Escritura de Emissão;
  - 28) "Debenturistas" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.4.1) desta Escritura de Emissão;
  - 29) "Demonstrações Financeiras Auditadas" tem o significado que lhe é atribuído no item (5.1), alínea "a", subitem "i" desta Escritura de Emissão;
  - 30) "Demonstrações Financeiras Intermediárias" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.10.2.1) desta Escritura de Emissão;



6

- 31) "Demonstrações Financeiras Intermediárias Para Efeito de Vencimento Antecipado" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.11.7.1) desta Escritura de Emissão;
- 32) "Dia Útil" significa qualquer dia em que bancos estejam autorizados a abrir ou não estejam obrigados a fechar na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que sejam realizados através da CETIP, para cujo efeito os dias úteis são entendidos como todos os dias que não são sábados, domingos ou feriados nacionais;
- 33) "Documentos da Emissão" significa, conjuntamente, a presente Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição;
- 34) "Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
- 35) "Emissora" tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
- 36) "Empresa de Auditoria" significa a empresa de auditoria a ser contratada pela Emissora para fins de revisão limitada de cada trimestre e auditoria completa, anual, da Emissora, a qual devesse ser autorizada pela CVM a prestar serviços de auditoria independente;
- 37) "Encargos Moratórios" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.13.1) desta Escritura de Emissão;
- 38) "Escritura de Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
- 39) "Eventos de Vencimento Antecipado" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.11.1) desta Escritura de Emissão;
- 40) "IPCA" significa o índice de preços ao consumidor – amplo, apurado e divulgado de tempos em tempos pela Fundação Getúlio Vargas;
- 41) "Instrução CVM 28" significa a Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, conforme alterada;
- 42) "Instrução CVM 358" significa a Instrução nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da CVM, conforme alterada;
- 43) "Instrução CVM 476" significa a Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, da CVM, conforme alterada;



*[Handwritten signature]*


*[Handwritten mark]*

- 7
- 44) "Instrução CVM 480" significa a Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da CVM, conforme alterada;
- 45) "Investidores Qualificados" tem o significado que lhe é atribuído no artigo 4º da Instrução CVM 476;
- 46) "JUCERJA" significa a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
- 47) "Juros" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1) da presente Escritura de Emissão;
- 48) "Lei das Sociedades por Ações" significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
- 49) "Mudança Adversa Relevante" significa (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens e/ou resultados operacionais da Emissora, ou de quaisquer de suas controladas; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora, de quaisquer de suas controladas, e/ou Acionistas Garantidores que impliquem em alteração quanto ao dever de cumprir com suas obrigações decorrentes de qualquer dos Documentos da Emissão; ou (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar as declarações e garantias prestadas nos respectivos Documentos da Emissão;
- 50) "Mudança de Controle" significa o evento do qual resulte que os atuais acionistas controladores diretos ou indiretos da Emissora deixem, em uma ou mais transações, direta ou indiretamente, de deter o poder de exercer o direito de voto com relação a mais de 50% (cinquenta por cento) das ações ordinária ou ações representativas do capital social da Emissora, de eleger a maioria dos administradores da Emissora, ou de determinar a direção dos negócios da Emissora; seja por titularidade de ações, quotas ou outros direitos de emissão e/ou vinculados à Emissora, por contrato ou acordo ou de qualquer outra forma;
- 51) "Oferta Restrita" tem o significado que lhe é atribuído no item (2.2) desta Escritura de Emissão;
- 52) "Participação nos Lucros" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1.3) desta Escritura de Emissão;
- 53) "Parte" e "Partes" tem o significado que lhes é atribuído no Preâmbulo;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

- 
- 54) "Percentual do Lucro Líquido" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1.3) desta Escritura de Emissão;
- 55) "Período de Atualização" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1.1) desta Escritura de Emissão;
- 56) "Período de Capitalização" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1.2) desta Escritura de Emissão;
- 57) "Principal" significa única e exclusivamente o Valor Nominal Unitário ou o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures;
- 58) "Remuneração" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1) desta Escritura de Emissão;
- 59) "Risk Office" significa Risk Office S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 81, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.132.889-59.
- 60) "SND" tem o significado que lhe é atribuído no item (2.8.1) desta Escritura de Emissão;
- 61) "SDT" tem o significado que lhe é atribuído no item (2.8.1) desta Escritura de Emissão;
- 62) "Valor Nominal Unitário" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.3.1) desta Escritura de Emissão; e
- 63) "Valor Nominal Unitário Atualizado" tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1) desta Escritura de Emissão.

1.2. Termos definidos na forma singular terão o mesmo significado quando utilizados no plural, e vice-versa.

## Cláusula Segunda – DAS AUTORIZAÇÕES E DOS REQUISITOS

2.1. A celebração desta Escritura de Emissão, bem como a realização da Oferta Restrita, foram autorizadas por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de outubro de 2012 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.



9

2.2. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação da Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.335, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.285.390/0001-40 ("Coordenador Líder" ou "Coordenador"), nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita").

2.3. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores.

2.4. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" da ANBIMA.

**2.5. Registro na JUCERJA e Publicação da Ata.**

2.5.1. A ata da AGE será registrada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações.

**2.6. Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCERJA**

2.6.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

**2.7. Formalização da Garantia Real**

2.7.1. Todas as ações e procedimentos necessários à existência, validade e eficácia das garantias objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, inclusive em face de terceiros, deverão ter sido plenamente realizados e concluídos até a data de subscrição e integralização das Debêntures. Todas as ações e procedimentos necessários à existência, validade e eficácia das garantias objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, inclusive em face de terceiros, deverão ter sido plenamente realizados e concluídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que até a Emissora realizar a integralização das ações do Risk Office, nos termos do item (3.5) abaixo.

**2.8. Registro para Distribuição e Negociação**



*[Handwritten signature]*

10

2.8.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as Debêntures distribuídas, negociadas, liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda cumprimento pela Emissora das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

### Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em série única.

#### 3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de até R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões) na Data de Emissão.

#### 3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas até 10 (dez) debêntures (em conjunto, as “Debêntures” e, cada uma individualmente, a “Debênture”).

#### 3.4. Objeto Social da Emissora

3.4.1. A Emissora tem como objeto social (i) a participação no capital social do Risk Office e (ii) a prestação de serviços de consultoria financeira para o Risk Office, sua controladora, suas controladas e coligadas.

#### 3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão empregados da seguinte forma: (i) um montante equivalente a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) será aplicado, imediatamente



*[Handwritten signature]*



11  
quando da subscrição e integralização das Debêntures, na subscrição e integralização de ações emitidas pelo Risk Office, equivalentes a 30% (trinta por cento) de seu capital social total pós-investimento e (ii) um montante equivalente a até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) será destinado ao pagamento das despesas incorridas com a contratação de consultorias e demais custos incorridos com a presente Emissão.

### 3.6. Número da Emissão

3.6.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

### 3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.7.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, CEP: 04344-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com conta na CETIP sob o código: 7341000-5 ("Banco Mandatário") e agente escriturador da Emissão é o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP: 04538-132, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

## Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Coordenador Líder, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição.

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida ao Coordenador Líder a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.



Handwritten signature and initials.

12

4.1.4. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros aspectos, estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

#### 4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será até 30 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").

#### 4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. Os Juros devidos ao final do primeiro Período de Capitalização e do segundo Período de Capitalização será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures.

#### 4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora, ~~conferindo, no~~ entanto, aos Debenturistas direito de participação nos lucros da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cédulas ou certificados. ~~Para todos os~~ fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato emitido pelo Agente Escriurador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome dos titulares de Debêntures ("Debenturistas"), que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

#### 4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografia com garantia real adicional.

#### 4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas por seu Valor Nominal Unitário ou seu Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis



13

à CETIP e observados os termos e condições desta Escritura de Emissão. A Participação nos Lucros não será considerada para fins de cálculo do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso.

#### 4.7. Prazo de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2027 ("Data de Vencimento").

#### 4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento ("Data de Pagamento de Principal") ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou declaração de vencimento antecipado, conforme o caso.

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios ("Juros"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, bem como participação nos lucros da Emissora na forma descrita no item (4.9.1.3) abaixo ("Participação nos Lucros"), devendo os Juros e a Participação nos Lucros serem pagos nos termos dos itens (4.9.1.4) e (4.9.2) abaixo, ressalvadas as hipóteses dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado ("Remuneração"), nos seguintes termos:

4.9.1.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão até o final do Período de Atualização correspondente, pela variação acumulada do IPCA ("Atualização" e "Valor Nominal Unitário Atualizado", respectivamente), sendo o produto da Atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures ao final do Período de Atualização correspondente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VN \times C;$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ao final de cada Período de Atualização correspondente, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



H

VNe = Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, da Debênture, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA dentro do Período de Atualização correspondente, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}} \right];$$

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA divulgado no mês anterior ao mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA divulgado no mês anterior ao mês "k";

dcp = número de dias úteis entre a última data mensal de Atualização e a data de cálculo, limitado ao número de "dct", sendo "dcp" um número inteiro. Considera-se data mensal de Atualização o 30º (trigésimo) dia de cada mês e, no caso do mês de fevereiro de cada ano, o último dia do mês de fevereiro; e

dct = número de dias úteis entre a última e próxima data mensal de Atualização, sendo "dct" um número inteiro.

Os fatores resultantes das expressões  $[NI_{(k)} / NI_{(k-1)}]^{dcp/dct}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produto é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Caso, no mês de atualização, o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme a fórmula a seguir:



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

15

$$\left( \frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right);$$

O cálculo da atualização monetária pelo IPCA será realizado anualmente, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

Para os fins desta Escritura de Emissão, a expressão "Período de Atualização" é definida como um intervalo de tempo ao final do qual o valor referente à Atualização é incorporado ao Valor Nominal Unitário, no caso do primeiro Período de Atualização, e ao Valor Nominal Unitário Atualizado, no caso dos demais Períodos de Atualização.

Os Períodos de Atualização terão duração de 12 (doze) meses cada, com início na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Atualização, ou no dia útil imediatamente subsequente ao término do Período de Atualização anterior, no caso dos demais Períodos de Atualização.

A Emissora obriga-se a recompor qualquer perda resultante da impossibilidade da aplicação às Debêntures da correção monetária pelo IPCA na hipótese de qualquer Período de Atualização ser inferior a 12 (doze) meses em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou ainda no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IPCA, será utilizado em sua substituição o parâmetro oficial que vier a ser determinado, se houver. Caso (i) o período de 30 (trinta) dias referido acima seja ultrapassado sem que haja divulgação do IPCA, ou (ii) na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do IPCA, não haja substituto legal; então o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do respectivo evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da convocação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro para cálculo da correção monetária a ser aplicado.

Em qualquer hipótese mencionada neste item, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, ambas as Partes deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias do prazo de encerramento das negociações, nomear um perito independente para a determinação do novo parâmetro de atualização, o qual deverá refletir o índice de variação de preços ao mercado, e que será conclusivo e vinculante às Partes. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora.

4.9.1.2. Juros. Cada uma das Debêntures fará jus a Juros, devidos, observado o disposto no item (4.9.1.5), a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, nas datas indicadas



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

16

no item (4.9.1.4) abaixo, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado.

Os Juros serão fixados à taxa de 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, durante o período compreendido entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento, ou, se for o caso, a data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado, ou a data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = Valor dos Juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, em moeda corrente nacional, ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (taxa/100 + 1)^{n/360}$$

taxa = 6,5000 (seis inteiros e cinquenta centésimos) ao ano; e

n = Número de dias corridos entre a data de emissão, incorporação ou último pagamento, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Para os fins desta Escritura, a expressão "Período de Capitalização" significa um período de 12 (doze) meses, com início na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou no dia imediatamente subsequente ao término do Período de Capitalização imediatamente anterior, no caso dos Períodos de Capitalização seguintes. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

17

4.9.1.3. Participação nos Lucros. Adicionalmente e sem prejuízo da incidência da Atualização e dos Juros, os titulares das Debêntures farão jus ao recebimento da Participação nos Lucros da Emissora, apurada conforme a fórmula abaixo. O valor da Participação nos Lucros será correspondente a 10% (dez por cento) do lucro ajustado, conforme definido abaixo, anual da Emissora ("Percentual do Lucro Líquido"), deduzido o valor dos Juros devidos pela Emissora na Data de Pagamento de Juros imediatamente anterior, conforme fórmula abaixo. Entende-se por lucro ajustado, o resultado líquido do período, acrescido (a) dos tributos sobre o lucro aplicáveis; (b) da Participação nos Lucros correspondente; (c) das depreciações, amortizações e exaustões; e (d) das despesas contabilizadas por método de equivalência patrimonial líquidas das receitas contabilizadas por método de equivalência patrimonial.

$$V_{PL} = V_{LL} - V_{JUIROS}$$

onde:

- $V_{PL}$  = valor da Participação nos Lucros, sendo certo que caso  $V_{PL}$  seja negativo em uma determinada data de apuração, a Participação nos Lucros não será devida (sem prejuízo da incidência da Atualização e dos Juros, que serão devidos independentemente da Participação nos Lucros);
- $V_{LL}$  = valor do Percentual do Lucro Líquido da Emissora no exercício social imediatamente anterior à data de apuração, apurado com base nas últimas Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora disponíveis em relação ao referido exercício social; e
- $V_{JUIROS}$  = valor devido pela Emissora a título de Juros na Data de Pagamento de Juros imediatamente anterior.

4.9.1.4. Os Juros serão devidos anualmente, no dia 30 de outubro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 30 de outubro de 2013 e as demais anualmente, vencendo-se a última na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento de Juros" e, em conjunto com a Data de Pagamento de Principal, uma "Data de Pagamento").

4.9.1.5. Os Juros calculados em 30 de outubro de 2013 e em 30 de outubro de 2014 serão automaticamente incorporados ao Valor Nominal Unitário ou ao Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, na forma prevista no item (4.3.2) sendo o primeiro pagamento efetivo dos juros realizados em 30 de outubro de 2015.



*[Handwritten signature]*

18

4.9.2. A Participação nos Lucros será calculada anualmente pela Emissora com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas e aprovadas em Assembleia Geral Ordinária da Emissora e pagas em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de realização da Assembleia Geral Ordinária ou até 30 de abril de cada ano, o que ocorrer primeiro, sendo que a primeira data de pagamento de Participação nos Lucros será até 30 de abril de 2013 e a última até 30 de abril de 2027 (cada uma, uma "Data de Pagamento de Participação"), devendo a Emissora notificar a CETIP e o agente fiduciário, por escrito e com no mínimo 1 (um) Dia Útil de antecedência, da data pretendida para o pagamento.

4.9.3. Farão jus aos Pagamentos os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento previsto nesta Escritura de Emissão.

#### 4.10. Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Antecipada Facultativa

4.10.1. A qualquer momento a Emissora poderá proceder ao resgate antecipado da totalidade ou parte das Debêntures em circulação, nos termos deliberados pela assembleia geral de acionistas da Emissora e mediante publicação de Aviso aos Debenturistas nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de pagamento do resgate antecipado, a qual deverá obrigatoriamente constar de Aviso aos Debenturistas ("Data do Resgate Antecipado"), devendo a Emissora enviar uma cópia do Aviso aos Debenturistas ao agente fiduciário, aos Debenturistas e a Cetip.

4.10.2. O resgate antecipado deverá ocorrer mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures objeto do resgate antecipado na Data do Resgate Antecipado, acrescido (a) do valor dos Juros relativos às Debêntures objeto de resgate antecipado devidos até a Data do Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do Período de Capitalização em curso na ocasião; e (b) do valor da Participação nos Lucros, apurado nos termos do item (4.10.2.1).

4.10.2.1. Na hipótese de resgate antecipado, (i) entre 1º janeiro de cada ano e a Data de Pagamento de Participação seguinte, a Emissora utilizará as Demonstrações Financeiras Auditadas do ano-calendário imediatamente anterior, aprovadas em Assembleia Geral Ordinária da Emissora, como base para apuração da Participação nos Lucros; e (ii) após cada Data de Pagamento de Participação e até 31 de dezembro do mesmo ano-calendário, a Emissora deverá preparar e submeter à revisão da Empresa de Auditoria demonstrações financeiras especiais, compreendendo o período de 1º de janeiro do ano calendário corrente até (a) 90 (noventa) dias antes da Data do Resgate Antecipado ou (b) 31 de janeiro do ano calendário corrente, o que for posterior ("Demonstrações Financeiras Intermediárias"), como base para apuração da Participação nos Lucros correspondente.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



19

4.10.2.2. No caso de resgate antecipado previsto na alínea "ii" do item (4.10.2.1), a Participação nos Lucros será calculada com base nas Demonstrações Financeiras Intermediárias aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora referida no item (4.10.1) e paga na Data do Resgate Antecipado.

4.10.2.3. Na hipótese de resgate antecipado após a Data de Pagamento de Participação do ano de 2027 e antes da Data de Vencimento, as Debêntures objeto do resgate antecipado não farão jus ao recebimento de Participação nos Lucros.

4.10.2.4. Na hipótese de resgate antecipado de parte das Debêntures em circulação, o resgate deverá ser feito (a) mediante sorteio, ou (b) se as Debêntures estiverem cotadas, por preço inferior ao seu Valor Nominal Unitário ou ao seu Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, por compra no mercado organizado de valores mobiliários, observadas as regras expedidas pela CVM à época.

4.10.2.4.1. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.10.3. A Emissora poderá realizar, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a amortização antecipada parcial do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures, desde que mediante rateio proporcional a todas as debêntures em circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou ao seu Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado.

#### 4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens (4.11.2) a (4.11.7) abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não curado no prazo de 1 (um) Dia Útil;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

20

- (ii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência pela Emissora; (c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (iii) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista em qualquer dos Documentos da Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário, informando-a da ocorrência do respectivo evento, ressalvado qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado identificados no item (4.11.2) abaixo e/ou a existência de prazo específico para a purgação da mora;
- (iv) caso as declarações ou garantias materialmente prestadas em quaisquer dos Documentos da Emissão sejam ou se mostrem imprecisas, falsas ou incorretas nos Documentos da Emissão, desde que, sendo passíveis de remediação, tais declarações ou garantias imprecisas, falsas ou incorretas não sejam corrigidas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias após sua verificação ou, sendo corrigidas, sua violação não deixe de surtir efeitos;
- (v) ressalvado o subitem (i) acima, inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicável;
- (vi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) anulação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer dos Documentos da Emissão e/ou de qualquer das garantias reais prestadas nos Documentos da Emissão;
- (viii) alteração ou modificação do objeto social da Emissora que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora, bem como que venha a estender sua atuação para além do propósito específico para o qual a Emissora foi constituída;
- (ix) aprovação de reorganização societária (redução do capital social, incorporação (inclusive de ações), operações de fusão, cisão ou incorporação) que envolva a Emissora, exceto as operações permitidas infracitadas e desde que delas não resulte uma Mudança Adversa Relevante;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

21

(a) qualquer operação de reorganização societária, que tenha sido aprovada por Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; e/ou

(b) operações entre a Emissora e/ou qualquer empresa de seu grupo econômico.

- (x) ocorrência de uma Mudança de Controle;
- (xi) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, e/ou, conforme o caso, de qualquer de suas controladas, cujo valor contábil individual ou agregado apurado em cada momento represente mais de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Emissora, levantado à época com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas mais recentes da Emissora, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do respectivo evento;
- (xii) protesto contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de comunicação, pela Emissora, acerca do protesto, ou (ii) o protesto for cancelado ou susinado antes de tal prazo; ou (iii) forem prestadas antes de tal prazo garantias suficientes em juízo, juntamente com medidas de sustação devidamente comprovadas;
- (xiii) decisão, sentença judicial transitada em julgado, sentença arbitral ou qualquer decisão ou não sujeita a recurso, condenando a Emissora ao pagamento, cujo valor agregado a ser pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não se sanando tal situação no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença;
- (xiv) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP; ou
- (xv) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, com referência à Emissora.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (i), (ii) e (v) do item (4.11.1) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

22

qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado ao envio de comunicação escrita nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora, com o respectivo comprovante de recebimento pela Emissora, sendo que referido envio será de realização obrigatória pelo Agente Fiduciário.

4.11.3. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item (4.11.1) acima, o Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora, informando-a da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado. Uma vez comunicada, a Emissora disporá do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da comunicação do Agente Fiduciário, para sanar o evento, se possível nos termos desta Escritura de Emissão, salvo se houver prazo específico para tanto previsto no item (4.11.1) acima.

4.11.4. Ocorrendo qualquer dos eventos referidos no item (4.11.3) acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados (a) da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, quando o mesmo não for passível de cura, ou (b) da data de término do prazo de cura do evento, quando assim previsto nesta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.11.5. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item (4.11.4) acima, poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.6. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item (4.11.5) acima, por ausentes os necessários requisitos legais e contratuais, ou (ii) de não ser expressamente rejeitado o vencimento antecipado das Debêntures na referida Assembleia, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.7. Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o Principal das Debêntures, acrescido do valor dos Juros ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* a partir da data de início do Período de Capitalização em curso na ocasião, Participação nos Lucros e de quaisquer outros valores eventualmente devidos até tal data pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 60 (sessenta) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens (4.11.2) e (4.11.6) acima ("Data de Comunicação do Vencimento Antecipado"), sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento referido neste



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

23

item seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência.

4.11.7.1. Na hipótese do recebimento da comunicação do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens (4.11.2) e (4.11.6) acima, ocorrer (i) entre 1º janeiro de cada ano e a Data de Pagamento de Participação seguinte, a Emissora utilizará as Demonstrações Financeiras Auditadas do ano-calendário imediatamente anterior, aprovadas em Assembleia Geral Ordinária da Emissora, como base para apuração da Participação nos Lucros; e (ii) após a Data de Pagamento de Participação e até 31 de dezembro do mesmo ano-calendário, a Emissora deverá preparar e submeter à revisão da Empresa de Auditoria as demonstrações financeiras especiais, compreendendo o período de 1º de janeiro do ano calendário corrente até (a) 30 (trinta) dias antes da Data de Comunicação do Vencimento Antecipado ou (b) 31 de janeiro do ano calendário corrente, o que for posterior ("Demonstrações Financeiras Intermediárias Para Efeito de Vencimento Antecipado"), como base para apuração da Participação nos Lucros correspondente.

4.11.7.2. No caso de vencimento antecipado previsto na alínea "ii" do item (4.11.7.1), a Participação nos Lucros será calculada com base nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Para Efeito de Vencimento Antecipado aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora.

4.11.7.3. Na hipótese de vencimento antecipado após a Data de Pagamento de Participação do ano de 2027 e antes da Data de Vencimento, as Debêntures não farão jus ao recebimento de Participação nos Lucros.

#### 4.12. Cancelamento das Debêntures Objeto de Vencimento Antecipado

4.12.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item (4.11.7) acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

#### 4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inatimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão, sujeitos a, independentemente de aviso, comunicação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2,00% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

2h

#### 4.14. Das Garantias Reais

##### 4.14.1. As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais:

- a) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, correspondentes a todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos pelo Risk Office, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Dividendos e Outras Avenças" celebrado em 30 de outubro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios");
- b) a alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora detidas pelos Acionistas Garantidores, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado em 30 de outubro de 2012 entre a Emissora, os Acionistas Garantidores e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações").

4.15. Os Contratos de Garantia deverão dispor que as garantias reais da Emissão deverão ser executadas observada a ordem referida acima, ou seja, que o Agente Fiduciário deverá obrigatoriamente executar (a) em primeiro lugar, a garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e (b) em segundo lugar, e somente após o esgotamento das garantias referidas no item "a" anteriores, a garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

#### 4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriturador, fora do ambiente da CETIP.

#### 4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária por quaisquer Partes, inclusive os Debenturistas, prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, e ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



P R

25

#### 4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão (i) se decorrentes de lei ou regulamentação em vigor, ou por interesse da Emissora, ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora obriga-se a informar o Agente Fiduciário acerca de tais publicações com 3 (três) dias de antecedência; e (ii) nos demais casos, ser comunicados por escrito aos Debenturistas, comunicações estas que serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços dos Debenturistas; os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços ante-referidos em até 3 (três) Dias Úteis do envio da mensagem.

#### Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópias das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora referentes a tal exercício social, auditadas pela Empresa de Auditoria, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM ("Demonstrações Financeiras Auditadas");
- (ii) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias antes da Data do Resgate Antecipado, cópias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, conforme item (4.10.2.1);
- (iii) dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias após a Data de Comunicação do Vencimento Antecipado, cópias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Para Efeito de Vencimento Antecipado, conforme item (4.11.7.1);
- (iv) dentro de 30 (trinta) dias, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;



Handwritten signatures.

26

- (v) dentro de 30 (trinta) dias, as informações veiculadas na forma prevista no item (4.18) acima;
- (vi) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que se refiram à Emissão e às obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou, se ali não previstos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados
- (vii) informações sobre a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados no item (4.11.1) acima, ou qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, não sanado, de quaisquer itens, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que tomar conhecimento do fato; e
- (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário ou que venha a ser por este solicitada para cumprir determinação estabelecida em regulamentação ou lei aplicável, ou decorrente de decisão judicial;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (d) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu respectivo Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão ou demais Documentos da Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (e) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, a Empresa de Auditoria, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário; e



*[Handwritten signature]*



27

- (f) efetuar o pagamento de todas as despesas de que trata o item (5.2) desta Escritura de Emissão, desde que razoáveis, devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, usualmente praticadas por agentes fiduciários em transações de tipo similar à Emissão e necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

**5.2.** Caberá à Emissora o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável; e
- (b) despesas com especialistas, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, devendo, sempre que aplicável, realizar no mínimo três cotações com empresas com sabida experiência e reputação ilibada no mercado, desde que tais despesas sejam razoáveis, praticadas em valores compatíveis com aqueles de mercado e devidamente comprovadas.

**5.3.** Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, pela Empresa de Auditoria;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer da Empresa de Auditoria, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;



*[Handwritten signature]*

23

- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer Fato Relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita; e
- (g) fornecer, inclusive ao Agente Fiduciário, sempre que assim demandada, todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

#### **Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º (terceiro) do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM 28, ou demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;



*[Handwritten signature]*

21

- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, e das demais disposições emanadas do Banco Central do Brasil;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devido ao Agente Fiduciário, pela Emissora, remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, a ser paga da seguinte forma: (a) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais) a título de implantação da Emissão; e (b) valor trimestral de R\$3.000,00 (três mil reais), devido o 1º (primeiro) pagamento na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os demais pagamentos no mesmo dia dos trimestres subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

6.4.1. Os valores previstos no item 6.4 acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV a partir de 1º de outubro de 2012.

6.4.2. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de alteração da Escritura de Emissão após a subscrição das Debêntures ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, sendo que, caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicados pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a



P N

30

assessoria aos titulares das Debêntures e análise das alterações da Escritura de Emissão e da proposta da Emissora aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures, (iv) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado.

6.4.3. As remunerações descritas no item (6.4) acima não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços, a serem cobertas pela Emissora.

6.4.4. Os valores descritos no item (6.4) acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, Cofins, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras. Na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as alíquotas totais totalizam 20,65%.

6.4.5. As remunerações descritas no item (6.4) acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

6.4.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência, a que venham a ser condenados, em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



Y  
u

31

6.4.7. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente.

6.4.8. No caso de atraso no pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, os valores em atraso sofrerão os mesmos encargos moratórios aplicáveis às Debêntures.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis e trabalhistas, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

32

- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item (4.18) acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12, XVII da Instrução CVM 28 e, para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todas as informações e documentos necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da sua solicitação;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora nos locais indicados na lei. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador Líder, e disponibilizar as informações referidas na alínea "k" do artigo 12, XII da Instrução CVM 28, na página do Agente Fiduciário na rede mundial de computadores;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, e à disposição da Emissora, mediante, inclusive, gestão junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos titulares;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (p) comunicar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.



*[Handwritten signature]*

33

6.6. Sem prejuízo do disposto no item (4.11) acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação de regência;
- (c) executar a garantia real objeto do item (4.14) desta Escritura de Emissão, judicial ou extrajudicialmente, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o *pro rata* no pagamento dos Debenturistas; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora, conforme aplicável.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade (totalidade) das Debêntures em circulação, ou por outro quórum diverso e expressamente previsto nesta Escritura. Na hipótese prevista na alínea (d), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata o item (6.6) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

6.6.2. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.



M  
R

3h

6.6.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.6.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

6.6.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA e nos cartórios de títulos e documentos pertinentes, junto com a presente.

6.6.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item (4.18) acima.

#### **Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item (7.2) desta Cláusula, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade do número de Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.



Y W



25

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.6. A eventual renúncia à declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos do item (4.11.2) desta Escritura de Emissão, e/ou modificação de qualquer dos termos e condições desta Escritura de Emissão, incluindo esse item, deverá ser aprovada por Debenturistas representando não menos que 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas, serão consideradas como "em circulação" as Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures (i) aquelas que a Emissora possuir em tesouraria; (ii) que sejam pertencentes, direta ou indiretamente, ao acionista controlador da Emissora.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, ressalvado o disposto na alínea "c" do item (5.1) da presente Escritura de Emissão.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A Assembleia Geral de Debenturistas será convocada, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.11. A Assembleia Geral de Debenturistas objeto da segunda convocação deverá ser realizada, no mínimo, 8 (oito) dias após a data prevista para a realização da Assembleia Geral objeto da primeira convocação.

7.12. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Cláusula Sétima, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecem todos os Debenturistas.

#### Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1.A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída sob propósito específico e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;



*[Handwritten signatures]*

36

- (b) encontra-se devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto quanto aos requisitos descritos na Cláusula Segunda acima;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora, conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução esteja limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) na declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto conforme previsto nos Documentos da Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento aplicáveis ao território brasileiro, a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) as informações fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;



Y e

37

- (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, divulgado pela Fundação Getulio Vargas, e com a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (i) tem ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra Oferta Pública de debêntures da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

#### Cláusula Nona – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**RO Participações S.A.**

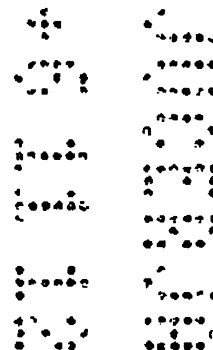
Rua Dias Ferreira n. 190, sala 401 (parte), Leblon, Rio de Janeiro, RJ.

At. Sr. Arthur Mario Pinheiro Machado

Tel: (21) 2197-5342

Fax: (21) 2197-5322

E-mail: [comunicacao@victrixpartners.com](mailto:comunicacao@victrixpartners.com)



**Para o Agente Fiduciário:**

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, Bloco I, Grupo 317, Barra da Tijuca.

Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.775-003.

At. Sr. Juarez Dias Costa

Tel: (21) 2490-4305

Fax: (21) 2490-3062

E-mail: [gdc@gdcdtvm.com.br](mailto:gdc@gdcdtvm.com.br)

Handwritten signatures or initials.



38

**Para o Banco Mandatário:**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal.

São Paulo - SP, CEP: 04344-902.

At: Sr. Douglas Callegari

Tel: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

**Para o Agente Escriturador:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar.

São Paulo - SP, CEP: 04538-132.

At. Sr. Douglas Callegari

Tel: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP S/A – Mercados Organizados:**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: 011 3111-1596

Fac-símile: 011 3111-1564

Correio Eletrônico: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.



Handwritten signature and a grid of dots.

39

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item (9.3) acima serão arcados pela Parte inadimplente.

#### Cláusula Dez - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo a Emissora, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.5. ( ) Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou será encaminhado pela Emissora para basear suas decisões.

10.6. As Partes declaram e os Debenturistas ao adquirir as Debêntures reconhecem que os Documentos da Emissão integram um conjunto de negociações de interesses recíprocos entre as Partes, de forma que nenhum instrumento pode ser interpretado e/ou analisado isoladamente.



*[Handwritten signature]*

Lo

**Cláusula Onze - DO FORO**

**11.** Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2012.



Handwritten signatures and stamps of the witnesses, including a circular stamp with the number 38.

PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RO PARTICIPAÇÕES S.A. - 1/1

RO PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:

Sergio Alberto Rosenwald

Cargo:

Diretor

RG: 2.012.038 IFP

CPF: 030.007.457-34

Testemunhas:

Nome: Patrícia Pereira Brasil

RG: 17282619

CPF: 636.145.882-20

Nome:

RG: 12374021

CPF: 087-200.367-57

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: RO PARTICIPAÇÕES S.A.

Nire: 33.30029970-0

Protocolo: 00-2012/377943-0

CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº

ED33000369-0/000

DATA: 06/11/2012

Valéria S.M. Serra  
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: RO PARTICIPAÇÕES S.A.  
Nire: 33.30029970-0  
Protocolo: 00-2012/377943-0 - 31/10/2012  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 06/11/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABaixo.  
ED33000369-0/000  
DATA: 06/11/2012

Valéria S.M. Serra  
SECRETÁRIA GERAL